

Discurso pronunciado pelo
Deputado (JOSUÉ BENGTON)
(PTB - PA).

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados:

Logo após a Segunda Grande Guerra, um tema ganhou a atenção das lideranças mundiais: o desenvolvimento. Alguns países eram ricos, enquanto outros permaneciam pobres e atrasados. Como romper com tal situação? Os economistas, sobretudo, passaram a estudar o que fazia a riqueza aumentar. Depois, a eles somaram-se os sociólogos e os cientistas políticos, e também os historiadores, cada um chamando a atenção para um fator, como sendo explicativo da diferença entre os que progrediram e os que ficaram para trás.

Contudo, algum tempo depois surgiu um novo problema. Se o desenvolvimento é desejável, é porque se reflete no bem-estar das pessoas. Se esse impacto não

se dá, algo errado está ocorrendo. Se louvamos obras físicas, infra-estruturas, fábricas, é porque representam, também, empregos e se refletem, em última instância, em as pessoas viverem melhor. Uma medida dessa vida melhor é a renda pessoal e familiar. Sem dinheiro, como terão elas acesso aos bens que o progresso traz, inclusive o mais elementar, a própria subsistência?

Começaram, pois, a comparar-se os países quanto à forma como a renda se distribui entre as pessoas, famílias ou regiões. Uma nação pode crescer, mas a distância entre os que têm e os que não têm pode acentuar-se durante o crescimento.

A desigualdade tem conseqüências. Fere o valor da igualdade, ofende o sentido de justiça, produz sociedades em que conflitos sérios podem ocorrer a qualquer momento, com a natural revolta dos que vêem o progresso ao seu redor, mas dele não se beneficiam. Pensemos no ressentimento que se gera nos corações e mentes de quem é diariamente exposto à exibição de luxo e consumo perdulário dos ricos, enquanto tem de labutar no dia a dia, experimentando toda sorte de privações no transporte, na moradia, na alimentação, trabalhando sem descanso em troca de um salário miserável, e ainda dando-se por feliz por ter um emprego. Assim vivem muitos de nossos compatriotas.

Conhecemos, no pós-guerra, períodos de notável desenvolvimento econômico. Mas, quando se começou a estudar os dados distributivos, já nos anos 60, a opinião pública nacional se defrontou com revelações chocantes. A concentração de renda estava aumentando, em vez de diminuir!

Assim, ao contrário de países que também estavam crescendo aceleradamente, como os do leste asiático, aqui a evolução dos indicadores sociais e a distribuição de renda mostravam-se muito insatisfatórias. E apesar de o tema ter entrado com estrépito no debate público nos anos 60, e nele ter permanecido até hoje, o saldo ainda continua extremamente negativo.

Para que essa afirmação não seja gratuita, rememoremos brevemente o que tem acontecido.

Entre os anos 60 e 70, todas as categorias de renda perderam participação, exceto a camada dos 10% mais ricos. O índice de Gini, que é a medida da desigualdade -- tanto maior quanto maior for o índice -- passou de 0,497 a 0,565 nessa década. Foi o período do grande debate nacional sobre o porquê dessa concentração.

Nos anos 70, a tendência concentradora

continuou, tendo o índice atingido 0,592. Um ponto importante a recapitular é que a concentração se deu, apesar de todos os estratos de renda terem tido ganhos reais. Mas os mais ricos ganharam mais, embora de uma maneira menos exacerbada do que na década anterior.

A concentração continuou entre os anos 80 e 90. Período de grande instabilidade econômica e também institucional, nele ocorreram altas taxas de inflação e aumento do déficit público. Os dados de 1985, por exemplo, mostram haver o índice de Gini batido em 0,66. Entre 1990 e 1999, período para o qual também dispomos de dados, baixou o índice para 0,62, 0,59 (em 1995) e 0,57.

Mesmo assim, continuam sendo índices muito altos, se cotejarmos o País com outros. O relatório do Banco Mundial de 2000 indica, por exemplo, para o final da década de 90, que entre 137 países, em apenas sete, os dez por cento das famílias ricas possuíam mais do que 46% da renda total. No Brasil, esse percentual é de cerca de 48%, o mais elevado numa comparação que toma, por exemplo, a África do Sul, o Chile, a Colômbia, a Guatemala, a República Centro-Africana e o Zimbábue.

Muitas coisas se acumularam ao longo de nossa história, para que persistamos com tanta desigualdade.

Sem dúvida, nosso passado escravocrata explica já termos partido de um ponto muito desfavorável no que se refere aos aspectos redistributivos do País. Assim, sempre tivemos má distribuição da terra, fato que impediu a formação de uma ampla classe média rural, como sucedeu nos Estados Unidos. E o capital humano, a educação sobretudo, também tem sido recurso muito concentrado entre nós. A massificação da escola iniciada nos anos 40 não atingiu a todos, tendo-se concentrado principalmente nas camadas médias dos centros urbanos mais importantes.

Também durante o período autoritário houve políticas salariais concentradoras de renda. As medidas de controle da inflação fizeram com que o reajuste do salário mínimo e dos pisos salariais das diferentes categorias profissionais fosse feito abaixo da inflação. Esse arrocho, conjugado com a repressão aos sindicatos, aumentou as distâncias no mercado de trabalho e nas rendas auferidas pelos diversos estratos sociais.

Na Nova República, não podemos ignorar também o efeito da inflação e da indexação, fatores de transferência de renda a favor dos estratos superiores da distribuição, que tinham os meios de se defender da desvalorização cotidiana do dinheiro, em contraste com os mais pobres.

Além disso, acentue-se, nos anos mais recentes, o aumento significativo das pessoas ocupadas em atividades de baixa produtividade, muitas delas sem carteira de trabalho ou exercendo o seu trabalho por conta própria, tudo isso agravado pelas restrições de ordem política e financeira do Estado, as quais têm limitado as políticas redistributivas em muitas áreas, especialmente na educação, na saúde e na habitação.

Lembre-se que, se o Plano Real, num primeiro momento, teve um impacto redistributivo na renda dos mais pobres, ao conter a inflação, seus efeitos não foram suficientes para promover uma grande alteração no perfil da desigualdade.

Ao terminar este breve pronunciamento, chamo a atenção de meus nobres pares para a impossibilidade de termos um país com paz social permanente e duradoura se continua a prevalecer o panorama de hoje. As sociedades desiguais são mais propensas à violência. Nelas, costumam estar presentes desperdício de recursos, degradação do meio ambiente, maus serviços públicos, valores pouco solidários no comportamento das pessoas. Tende a prevalecer a “lei de Gerson”.

Termino aqui citando as conclusões de uma

especialista no assunto, a professora Maria Cristina Cacciamali, da USP: “As causas estruturais da desigualdade no Brasil podem ser encontradas tanto no Brasil do passado, como no Brasil de hoje. São quatro os principais elementos que se realimentam e que impedem um quadro distributivo de melhor qualidade:

a) a elevada concentração de riquezas do País, seja sob a forma de capital físico, seja sob a forma de capital humano, que construção de um sistema social melhor distribuído e com alta produtividade; b) o poder e a habilidade política das classes dirigentes em manter situações de privilégio; c) a ausência histórica de políticas públicas que objetivem mudanças estruturais e distributivas de forma consistente; e d) a pequena organização social e política do povo brasileiro, oriunda, não apenas, mas inclusive, de um incompatível baixo nível de educação formal”.

Não declinemos, pois, todos nós, políticos, empresários, lideranças intelectuais, religiosas, das ONGs e de os todos os campos, da tarefa urgente, mas sempre adiada, de melhorar radicalmente o perfil de nossa sociedade, fazendo-a um ambiente mais justo e igualitário. Só assim estaremos plantando para o futuro, em busca de uma sociedade solidária, que viva em paz consigo mesma, sem violência e revolta, e que permita a todos desenvolver

em plenitude os talentos com que os dotou o Criador.

Sr Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa A Voz do Brasil.

Muito obrigado.